

## O NÃO DITO SOBRE VIOLÊNCIAS, SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS: LACUNAS NA HISTORIOGRAFIA ACREANA (1900-1920)

Sérgio Roberto Gomes de Souza<sup>1</sup>

### Resumo

A proposta deste artigo é desenvolver diálogos e problematizações com relatórios produzidos por prefeitos departamentais no então Território Federal do Acre e jornais editados na Amazônia acreana e em outros estados brasileiros, no decurso das duas primeiras décadas do século XX. O recorte cronológico escolhido perpassa o ápice e declínio da empresa gumífera na região, assim como a formalização da incorporação destes espaços ao Brasil, período de forte propagação de narrativas sobre desenvolvimento e progresso. A perspectiva é fazer um caminho contrário, explicitando, a partir dos diálogos com as fontes, as diferentes formas de violências produzidas no período contra populações indígenas, promovendo abruptas rupturas em suas vidas e vivências. Dentro dos limites impostos pela pesquisa, busca-se não apenas tratar das atrocidades cometidas, mas nomear agressores e vítimas que foram atravessados pela irracionalidade característica da modernidade. Também são tratados os não ditos, as lacunas que invisibilizaram as populações originárias, considerando processos taxionômicos constituídos a partir da ideia de raça, uma das primeiras categoria sociais da modernidade, bem como escritos que as classificaram de maneira pejorativa. Do mesmo modo, em um movimento político, busca também apresentar evidências que demonstrem a longa e complexa resistência de diferentes grupos de homens e mulheres que viviam/vivem na Amazônia acreana, ao avanço do “progresso” e da “civilização, componente fundamental para dismantelar concepções de vazios de gentes e culturas.

**Palavras-Chave:** Amazônia acreana; populações indígenas; colonialidade; colonialismo; racialização

### Abstract

The purpose of this article is to develop dialogues and problematizations with reports produced by departmental mayors in the then Federal Territory of Acre and newspapers edited in the Acre Amazon and in other Brazilian states, during the course of the first two decades of the 20th century. The chosen chronological cut permeates the apex and decline of the gumifera company in the region, as well as the formalization of the incorporation of these spaces to Brazil, a period of strong propagation of narratives about development and progress. The perspective is to take an opposite path, explaining, from the dialogues with the sources, the different forms of violence produced in the period against indigenous populations, promoting abrupt ruptures in their lives and experiences. Within the limits imposed by the research, the aim is not only to deal with the atrocities committed, but also to name aggressors and victims who were crossed by the irrationality characteristic of modernity. The unsaid are also treated, the gaps that made the original populations invisible, considering taxonomic processes constituted from the idea of race, one of the first social categories of modernity, as well as writings that classified them in a pejorative way. Likewise, in a political movement, it

<sup>1</sup> Professor Assistente da área de História da Universidade Federal do Acre, doutos em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

also seeks to present evidence that demonstrates the long and complex resistance of different groups of men and women who lived/live in the Acre Amazon, to the advance of “progress” and “civilization, a fundamental component to dismantle conceptions of emptiness of people and cultures.

**Keywords:** Acre Amazon; indigenous populations; coloniality; colonialism; racialization

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em um instigante artigo intitulado “História e historiografia do Acre: notas sobre o silêncio e a lógica do progresso”, o historiador Gerson Rodrigues de Albuquerque dialoga e problematiza com produções acadêmicas que tratam sobre a “Amazônia acreana”<sup>2</sup>, questionando conteúdos que “apagam a multiplicidade cultural, linguística, ambiental, étnica e social desta região” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 3). Mesmo reconhecendo a importância dessas obras, demonstra incômodo com a persistente presença em suas páginas de traduções sobre estes espaços e populações que os habitavam/habitam, radicadas em preceitos eurocêntricos, produzidas por viajantes e segmentos letrados locais. Lhe parece paradoxal que, mesmo com a farta quantidade de evidências disponíveis, ainda insistam, por exemplo, com a ideia de que o “povoamento” da Amazônia acreana tenha ocorrido a partir do desenvolvimento da empresa gumífera, abordagem que contribui para reforçar narrativas sobre vazios demográficos e de saberes, referendando processos históricos de desconstrução da condição humana de homens, mulheres e crianças que ocupavam estas localidades antes dos colonizadores.

A partir do “varadouro” aberto por Albuquerque (2015), percebemos a importância de realizarmos visitas/revisitas a documentos produzidos no decurso das duas primeiras décadas do século XX, priorizando para as análises relatórios de prefeitos dos departamentos do então Território Federal do Acre, bem como jornais editados em cidades acreanas e em outros estados brasileiros. A intenção é que esta opção metodológica permita uma maior percepção dos silenciamentos, ausências e formulações de narrativas que grafaram os povos originários que viviam na Amazônia acreana como um “outro” homogêneo, pronto, a-histórico, de fácil explicação. Importa ressaltarmos que os Relatórios das Prefeituras Departamentais eram documentos enviados semestralmente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, exigência estabelecida por meio do artigo nº 12 do Decreto nº 5.188, de 07 de abril de 1904<sup>3</sup>. São documentos com estruturas muito semelhantes, no geral, compostas de uma apresentação feita pela autoridade responsável, tópicos sobre sede do governo, organização administrativa das prefeituras, organização do judiciário, mesa de rendas, terras públicas, obras públicas, higiene e salubridade, instrução pública, recenseamento, cadeia, obituário, alimentação, correios, força federal, polícia, conclusões finais e anexos. Sobre os periódicos compreendemos, como nos diz Tania Regina de Luca (2008), que essas “enciclopédias do cotidiano” nos oferecem importantes informações sobre registros fragmentários de um certo presente, “realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (DE LUCA, 2008, p. 112). Enfa-

2 Entre os trabalhos analisados por Albuquerque (2015), destacamos: EUCLIDES DA CUNHA. Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organizado por Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Rio Branco (AC): Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, as Cultura e do Desporto do governo do Estado do Acre, 1986; FERREIRA REIS, Arthur César. Conquista do Acre. Tese ao III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, s/d, p.18 (mimeo.); SOUZA, Carlos Alberto Alves de. História do Acre: novos temas e nova abordagem. Rio Branco: MM Paim, 2002; TOCANTINS, Leandro. Formação história do Acre. 4ª Ed., Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2001.

3 Para se ter acesso ao teor do Decreto ver: República dos Estados Unidos do Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Documentação. Estados, Territórios e Municípios; documentação. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, p. 517 a 521.

tizamos o cuidado em dialogarmos com essas fontes a partir de uma perspectiva crítica, como nos alerta Edgardo Lander (2005), para fugirmos da “tentação” de pensarmos estes documentos como expressões de conhecimentos objetivos, de “verdades” sacras. Nossa opção foi pensa-las enquanto representações do passado, atravessadas em seus processos de produção por efetivas perspectivas de poder.

Como orientação teórica, destacamos os diálogos com autores do Pensamento Pós-Colonial Latino-Americano, mais especificamente com participantes do já extinto Grupo Modernidade/Colonialidade (MC), constituído no final da década de 1990. Para tanto, trabalhamos com alguns conceitos centrais, criados e compartilhados pelos seus principais expoentes, presentes e discutidos no decurso destes escritos. Nos interessamos em analisar a existência de intersecções entre as mencionadas fontes históricas e preceitos constituídos a partir do final do século XV, quando da expansão europeia para o Atlântico Sul. É nesse contexto que se constituem a modernidade, o capital e o “Novo Mundo”, consolidando-se a “formação de um novo universo de relações de poder que entrelaça a produção de identidades sociais e geopolíticas com a consolidação e mundialização da exploração capitalista” (SANTOS; SANTANA, 2022, p. 60). Como parte deste processo, fortemente caracterizado pela concentração cada vez maior de riquezas expropriadas das regiões colonizadas nas mãos das elites brancas do “Norte”, inventa-se o que seria posteriormente denominado de “América Latina”, pensada por Walter Mignolo (2020) como um subcontinente imaginário que teve suas configurações geopolíticas e étnicas definidas enquanto produto de um campo imperial de forças, como o primeiro espaço/tempo de um poder de vocação mundial.

Constituiu-se o colonialismo, estrutura formal de dominação e exercício de poder das metrópoles sobre as colônias, utilizando-se de diferentes instrumentos jurídicos-políticos com o intuito de controlar a vida da população, como escreve a socióloga María Lugones (2014). Com o fim do colonialismo, entre o século XIX e o pós-guerra fria, perdurou a colonialidade, mantendo-se, de acordo com Walter Mignolo (2017), formas coloniais de dominação assentes em uma matriz ou padrão colonial de poder, a partir da qual forma-se um complexo de relações marcadas pela prevalência de discriminações raciais, étnicas, antropológicas ou nacionais. Tais processos, caracterizados por taxionomias, foram fundamentais para a implementação de um novo sistema de controle social sobre o trabalho, a exemplo da utilização de mão de obra de forma compulsória para a exploração das riquezas direcionadas para as metrópoles.

Importa enfatizarmos que, mesmo trabalhando com esses eventos e referenciais cronológicos, não intencionamos tratar sobre origens, considerando que, como nos ensina o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “o caráter relacional, contextual e plural de qualquer acontecimento histórico elimina a possibilidade de uma argumentação que tome, como ponto de partida, um ponto fixo, revelando a própria relatividade da realidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 58). Nos interessam as problematizações com o não dito e construções de estereótipo que contribuíram para abruptas

rupturas nas vidas e vivências das populações colonizadas, produzindo “a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou ao nosso conhecimento” (QUIJANO, 2005a, p. 16). Do mesmo modo, buscamos evidências que demonstrem a longa e complexa resistência de diferentes grupos de homens e mulheres que viviam/vivem na Amazônia acreana, ao avanço do “progresso” e da “civilização”.

### **A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO “NÃO HUMANO”: A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NO ACRE TERRITORIAL:**

Ao tratarmos sobre os “não ditos”, nos chamou inicialmente atenção a difusão da ideia de que poucas mulheres viviam no Acre territorial, nas duas primeiras décadas do século XX. Conteúdos referendando tais informações foram corriqueiramente grafados em diferentes documentos que circulavam na região e fora dela, como se observa no jornal carioca *O Malho*, noticioso que recorria repetidas vezes ao uso da iconografia para tratar sobre o tema. Em uma de suas edições, mais precisamente a publicada no dia 10 de dezembro de 1904<sup>4</sup>, se vê uma caricatura (*caricatura 01*) intitulada a “Formação do Novo Mundo”. Nela, duas senhoras com expressões preocupadas trocam algumas palavras. Demonstrando indignação, uma das personagens fala sobre “o desaforo” de enviarem mulheres para o Acre, possivelmente, como nos mostra o historiador Francisco Bento da Silva, por este espaço ser caracterizado como “a sepultura do suicida moral, a pátria dos proscritos” (SILVA, 2013, p. 198). Em resposta, diz a outra que a borracha, em alta no mercado internacional, “havia criado um novo paraíso já repleto de adões, que necessitavam da presença das evas”.<sup>5</sup> Este movimento relaciona-se com supostos processos de “povoamento/ocupação” da região, compreendidos como essenciais para o sucesso da empresa gumífera.

4 O Malho. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1904, ano III, Nº 117 (n.p).

5 O Malho. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1904, ano III, Nº 117 (n.p).



Imagem 01: A formação do “Novo Mundo”



Fonte: O Malho. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1904, ano III, Nº 117 (n.p).

Em outra caricatura (*caricatura 02*) que consta no mesmo jornal, desta vez em sua edição de 25 de dezembro de 1909, o assunto volta a ser abordado. A imagem recebe o título de “A utilização dos canhões”, substantivo grafado no plural possivelmente para referir-se a três figuras femininas representadas por traços disformes, como forma de expressar uma estética questionável para padrões de beleza normalizados à época. O periódico apega-se a narrativa de que muitos crimes ocorriam na região em decorrência do desequilíbrio numérico entre homens e mulheres, aproveitando-se desta construção para criar um questionável “chiste”. Na legenda que a acompanha, percebe-se que as personagens conversam sobre frustrações e novas perspectivas para suas vidas amorosas, considerando o Acre um local propício para arranjos nupciais, em decorrência do desequilíbrio entre o número de homens e mulheres que viviam na localidade: “ora, Graças, luziu finalmente uma estrela no firmamento das nossas esperanças. Desprotegidas da natureza e abandonadas da sorte aqui no Rio, partamos para o Acre”.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> O Malho, 25 de dezembro de 1909, ano VIII, nº 380 (n.p)

Imagem 02: As utilização dos canhões



Fonte: O Malho, 25 de dezembro de 1909, ano VIII, nº 380 (n.p)

Narrativas com características semelhantes também foram encontradas em documentos da lavra de prefeitos departamentais, a exemplo do relatório administrativo do ano de 1909 do então prefeito do Departamento do Alto Acre, Gabino Besouro. Nele consta uma passagem que trata sobre “o papel da mulher na fixação do homem e na mudança de seu comportamento, onde se ler que, ao contrário do que ocorria em outras partes do mundo, sem especificar exatamente onde, na unidade departamental que administrava o número de homens superava em dois terços o de mulheres, informação que estaria embasada em recenseamento que mandara recentemente realizar. Esta superioridade, registrou o então prefeito, resultava muitas vezes em atritos e crimes decorrentes de ciúmes, assegurando que sem família o homem não se vinculava ao solo, o que demonstrava a urgência da implementação de políticas capazes de possibilitar a “imprescindível fixidez que nascem e progridem os povoados, as aldeias e vilas e, no fim de alguns anos, importantes cidades com população e vida próprias” (BESOURO, 1909, P. 67). Abordagem parecida foi reproduzida em obra publicada no ano de 1977 pelo escritor Samuel Benchimol, intitulada *Amazônia: um pouco antes e além depois*, demonstrando a “sacralização” deste preceito. Neste caso, o autor recorre a uma suposta ausência de mulheres na região para tentar explicar a “má vontade dos fregueses” com seus patrões, assim como as fugas dos seringais, entre o final do século XIX e início do século XX.

Pesquisas sobre como se dava a contagem dos habitantes do Acre nas duas primeiras décadas do século XX, ajudaram a compreender a tão repetida “desproporcionalidade” entre homens e mulheres. Significativas evidências podem ser encontradas no jornal *O Alto Purus*<sup>7</sup>, datado de 28 de fevereiro de 1909. Nele constam dados resultantes de um recenseamento realizado na cidade de Sena Madureira, local onde era editado, concluído no dia 30 de dezembro de 1908. Os números consolidados indicam uma população de aproximadamente 2.137 habitantes, considerando a sede e seus “subúrbios”, sendo 1.608 homens e 529 mulheres. O levantamento também especificou que, deste total, 1.947 eram nacionais e 190 estrangeiros. Entre os “nacionais” prevaleciam os migrantes oriundos do que se convencionava chamar “estados do Norte” (*quadro 01*), designação utilizada no período para os espaços que, posteriormente, passaram a ser chamados de Nordeste.<sup>8</sup>

Quadro 01: Naturalidade dos habitantes da cidade de Sena Madureira em 1909

Origem	Quantitativo de pessoas
Amazonas	124
Pará	21
Maranhão	88
Piauí	18
Ceará	1.101
Rio Grande do Norte	110
Paraíba	121
Pernambuco	43
Alagoas	15
Sergipe	23
Bahia	10
Rio de Janeiro	6
São Paulo	3
Rio Grande do Sul	3
Minas Gerais	15
Território Federal do Acre	276

Fonte: O Alto Purus. Sena Madureira, 28 de fevereiro de 1909, ano II, nº 53, p. 02.

Para melhor trabalharmos com estas informações, buscamos dialogar com as metodologias utilizadas para calcular o número de pessoas que habitavam no então Território Federal do Acre, tornando-se perceptível que os ditos recenseamentos eram realizados, em grande parte, por estimativas. No Departamento do Alto Acre, por exemplo, o prefeito Cunha Mattos fez constar em seu relatório de 1904 dados estatísticos sobre os habitantes que viviam na jurisdição que administrava, resultantes de informações coletadas a partir do dia 20 de setembro do mesmo ano. O levantamento se deu em apenas uma das cinco circunscrições existentes, abrangendo um número próximo de 28 seringais e a ci-

7 O Alto Purus. Sena Madureira, 28 de fevereiro de 1909, ano II, nº 53, p. 02.

8 De acordo com o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior a denominação “Nordeste”, em substituição ao que antes se chamava Norte do país, vai ocorrer em princípios do século XX. Inicialmente quem fez uso do termo, em uma perspectiva geográfica, foi a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada no ano de 1909 pelo Governo Federal do Brasil. Posteriormente a palavra adquire novos significados, referindo-se também a estética, culturas, modos de vida. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011, p. 348.



dade de Rio Branco, que, à época, teria cerca de “204 habitantes, sendo 129 homens e 75 mulheres” (MATTOS, 1904, p. 13). Na vila Xapuri, apontada como de grande importância por ser o centro de todo o comércio do rio Acre e do rio Xapuri, o recenseamento não foi realizado. Mesmo assim, sua população foi estimada entre 800 a 1.000 habitantes. O prefeito admitiu que existiam problemas nos números finais, devido à falta de pessoal e de vias que possibilitassem melhores condições de comunicação entre os seringais, fatores que não impediram o envio do relatório final para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

No já mencionado Relatório Administrativo de 1909 do prefeito do Departamento do Alto Acre, Gabino Besouro, também se lê que se constituía em uma tarefa de difícil execução a organização de quadros estatísticos que determinassem com exatidão a população existente no Território, principalmente devido as dificuldades de locomoção e acesso às áreas mais distantes dos seringais. Em decorrência destes empecilhos, quando os dados eram consolidados sempre apresentavam “flagrantes contradições”. Besouro nos ajuda a compreender como era estimado o número de habitantes em cada uma dessas unidades produtoras de borracha, quando admite que a aferição não era realizada *in loco*. Segundo ele, recorria-se ao artifício de mensurar o total de residentes nestas localidades através da quantidade de borracha produzida e tributada em cada uma, definindo-se, da mesma forma, um percentual de moradores que, supostamente, tinham famílias constituídas:

Foram organizadas na Secretaria Geral desta Prefeitura, de acordo com os dados, as informações mais aceitáveis. Para tanto, considerou-se a produção da borracha em 1907, dividida pela produção média de cada seringueiro, tomando-se 300 quilos para o mínimo e 1.000 quilos para o máximo, considerando ainda a terça parte dos seringueiros como tendo família, reunindo enfim todos os dados estatísticos cuidadosamente apreciados. (BESOURO, 1909, p. 67).

Estas escolhas nos alertaram para um problema, pois demonstram quais segmentos sociais são considerados na realização dos recenseamentos. As informações analisadas constituem-se em um forte indicativo de que, à exceção dos indígenas incorporados como mão de obra à empresa gumífera, homogeneizados pela denominação “seringueiros”, os demais não eram inseridos nestes registros, por mais significativas que fossem suas presenças na região. Em trabalho intitulado *O gentio acreano*, publicado no ano de 1950, José Moreira Brandão Castelo Branco relacionou um expressivo número de etnias que viviam nos espaços denominados a partir do início do século XX como Território Federal do Acre. Baseou-se, para tanto, em relatos produzidos por viajantes oitocentistas que realizaram expedições a região, nominando, entre outros, Willian Chandless, Antônio Marques de Meneses, Henrique Cani, Antônio Brozzo, Domingos Stulzer, Ismael Galdino da Paixão, Domingos Pereira de Souza, padre André Fernandes, Manoel Urbano da Encarnação, Silva Coutinho, Rodrigo Pereira Labre e Asrael de Piper (CASTELO BRANCO, 1950, pp. 9-11).

Registraram esses cronistas, conforme escreveu Castelo Branco, que somente na região do Juruá e seus tributários havia “meia centena de “tribos”, sendo identificados os Nauas, Amauacas, Remus, Araras (Tachinauas), Catuquinas e Iuavós. No rio Tarauacá disseram ter mantido contatos com Cachinauas, Colinas ou Kurinas, Contanauas, Chussinauas e Canamáris. Escreveram sobre a presença dos Ipurinãs no vale do Purus. Fizeram referências a presença dos Arakaris e Canaranas nos campos de Capatará. Nos relatos produzidos durante viagens realizadas ao rio Xapuri falaram sobre os Cachetis e Gaviões, também registrando a presença no alto Acre dos Canamarís, Catianas e Guaraíes. Os Inharnarés e Canamaris disseram ter encontrado no rio Macauã, afluente do Iaco. Os Catianas no local em que se assentou a cidade de Sena Madureira. Os Canamarís nas margens do Iaco e os Catianas, Canamaris, Inhamarés, Capixis, Maneteneris no alto Iaco (CASTELO BRANCO, 1950, p. 10). A existência dessas diferentes populações, no entanto, não foram suficientes para que fossem considerados como habitantes do novo Território.

É possível dizer que suas invisibilidades relaciona-se com processos de classificação assentes na ideia de raça, uma das primeiras categoria sociais da modernidade, algo que até o século XV não tinha precedentes ou relação com a realidade material conhecida. A perspectiva, de acordo com Anibal Quijano, era de “naturalizar” diferenças entre colonizadores e colonizados, de tal forma que estes últimos fossem pensados “não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural” (QUIJANO, 2005a, p. 17). No centro deste debate encontra-se o longo e irracional processo histórico e social de constituição da condição humana, movimento que, na compreensão de Maria Lugones (2014), define dicotomias entre “humanos” e “não humanos”, pressuposto fundamental da modernidade colonial.

Em torno da nova ideia de raça foram reconfiguradas outras formas de dominação. A dicotomia entre “civilizados” e “bárbaros” define os que seriam nomeados enquanto homens e mulheres, excluindo, por exemplo, indígenas e populações sequestradas da África, grosseiramente definidos, conforme nos mostra Lugones, “como animais, incontavelmente sexuais e selvagens” (LUGONES, 2014, p. 936). Como parte constitutiva deste cenário, o homem europeu colonizador moderno inventa-se enquanto a principal referência para exercer poder nos espaços públicos e privados, parametrizado por preceitos cristãos, heterossexuais e racionais. Em meio a esta trama histórica, o patriarcalismo passa a atuar como importante elemento de “naturalização” da superioridade masculina sobre a feminina, classificação que só não seria totalmente válida às mulheres de “raça superior”, compreendidas como “naturalmente” superiores aos homens de raças “inferiores”.

No decurso da leitura do trabalho de Anibal Quijano (2000), intitulado *Colonialidad del poder y clasificación social*, encontra-se a concepção de sexo enquanto um atributo biológico, portanto, que relaciona-se com gênero. Diferente de cor, compreendida como uma

construção eurocêntrica, que em nada guarda relação com biologia. Percebe-se, neste caso, seu interesse em explicar a constituição do patriarcado ancorado em um significado permanente para o corpo humano. É visível uma tendência a pensar sexo e gênero a partir de classificações morfológicas e funcionais. Ao lermos os escritos de Daniel Mazzaro (2022), em artigo denominado *Colonialidade de Gênero*, no entanto, percebemos a inserção de outras dimensões em suas análises, caso da habilidade humana de categorizar/recategorizar, utilizando-se da linguagem para a constituição de relações simbólicas nas sociedades. Isto não significa que desconsidere aspectos biológicos, caso da existência de uma vagina ou de um pênis, importando-lhe, porém, a percepção de que os debates sobre o tema devem “lançar luz sobre a imposição das categorias binárias e hierarquizadas de gêneros por parte dos colonizadores europeus, quando de suas chegadas à América”. (MAZZARO, 2022, p. 47).

As observações de Mazzano devem ser destacadas, pois, seja pelo assassinato de um indígena por espanhóis na América Central por vestir-se com roupas femininas e relacionar-se com outros homens, conforme relatou Anglería (1989, p. 165), seja através da invenção de um modelo de feminilidade e da prática de abusos sexuais e amasiamentos forçados, ações de dominação radicadas na raça, classe e sexo/sexualidade se fazem presentes corriqueiramente, como aspectos constitutivos da matriz colonial de poder. Na Amazônia acreana são perceptíveis alguns movimentos nesta direção, sendo que dois deles serão aqui enfatizados. O primeiro trata sobre a forma como as mulheres da chamada “raça superior” apareciam em recenseamentos, relatórios oficiais e publicações de jornais, Estes documentos não ocultam suas existências, no entanto, demonstram que situavam-se em uma posição hierárquica inferior à dos ditos “homens civilizados”. No geral, suas visibilidades são perpassadas por representações que as inserem em um universo de costumes regrados e hábitos moralizados. Este modelo de feminilidade, conforme Margareth Rago (1985), reduz a mulher ao papel de esposa, dona de casa e mãe de família, sem um efetivo protagonismo nos espaços públicos. Devem ser consideradas, neste caso, a existência de subjetividades que definem quais sentidos devem ser compreendidos enquanto válidos/legítimos, outorgando o caráter e comportamento de uma totalidade histórica específica e determinada.

Recorremos então a iconografia, na busca de uma melhor percepção de como estas construções se manifestavam. Observando fotografia (*fotografia 01*) produzida na cidade de Sena Madureira – AC, publicada pelo jornal *O Malho* no dia 19 de dezembro de 1908, é visível o destaque dado ao então prefeito do Departamento do Alto Purus, Candido Mariano, e ao chefe da Comissão de Melhoramentos do Alto Purus, Bueno de Andrade. Conforme o historiador André Vasquez Vital (2017) a dita Comissão foi criada através do decreto N° 6.406, de 08 de março de 1907, pelo então presidente da República, Afonso Penna (1906-1909), responsável pela nomeação de seu principal dirigente. Na imagem os homens encontram-se em pé e as mulheres sentadas. A legenda nomina somente as duas autoridades anteriormente citadas, os demais são definidos enquanto “auxiliares da

administração” evidenciando que, mesmo como coadjuvantes, tinham papel ativo neste processo. As mulheres não tiveram os nomes revelados, restringindo-se o periódico a mencionar que eram “pessoas da família”, ou seja, componentes de um cenário que expressava o poder masculino e que contribuía para consolidar preceitos heteronormativos.

Fotografia 01: Comissão de melhoramentos do Alto Purus - Acre



O Malho. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1908, ano VII, nº 327 (n.p)

O segundo movimento refere-se especificamente as mulheres indígenas. Neste caso, ressaltamos que se não bastasse o fato de suas condições humanas serem negadas em decorrência de classificações “fenóticas”, tornando-as invisíveis, também sofreram violências devido suas características “morfológicas”. Recorrendo a Lugones (2014, p. 937), observamos que “fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta, por não serem como-homens”. Observe-se também que em muitas ocasiões, como nos alerta Fernandez-Armesto (2007), talvez como forma dos conquistadores legitimarem as atrocidades cometidas, os corpos subjugados são classificados como monstros com semelhanças humanas, a progênie da bestialidade ou exemplos de degeneração. Na obra de Castelo Branco, por exemplo, se ler que em registros produzidos por cronistas que viajaram por diferentes espaços da Amazônia no século XIX, os indígenas da etnia “Ugina”, também conhecidos como “Coatapuia” foram descritos como “portadores de um apêndice caudal, resultante do cruzamento de mulheres com macacos” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 08). Compreendemos que tais lacunas devem ser duramente problematizadas em produções historiográficas que tratam sobre o Acre, como forma de nos contrapormos a estas ausências. Para tanto, pensamos ser fundamental, no momento



em que buscamos reafirmar suas existências e (re)existências, explicitarmos os diferentes tipos de violências praticadas contra seus corpos e, na medida do possível, nomearmos agressores e vítimas.

Iniciamos este trajeto através de uma matéria publicada pelo jornal *O Cruzeiro do Sul* no dia 15 de julho de 1906, onde se ler que Antônio Felipe Martins estava sendo intimado a entregar as autoridades uma “índia” de 14 anos de idade de nome Luzia, que criava a mando de Francisco de Mello. O intuito deste último, segundo o periódico, “seria deflorá-la, como havia feito a muitas outras”<sup>9</sup>. A mesma edição também trata sobre buscas realizadas na propriedade do peruano Pedro Flores, “que mantinha como escrava e amásia uma indígena de nome Semóna, não obstante ser casado, índia que havia sido deflorada por um indivíduo nominado como Luiz de Mello”.<sup>10</sup> Já na edição de nº 55 do jornal *O Alto Purus*, publicada em 11 de março de 1909, encontra-se denúncia de que um cidadão peruano de nome Cecílio, empregado de Demétrio Padilha, mantinha sob sua guarda duas índias menores, sem que tivesse “permissão da Prefeitura Departamental para tanto”.<sup>11</sup> Relatos com estas características evidenciam que a prática de crianças indígenas serem “criadas” por “brancos” no Acre territorial, gesto que muitas vezes era impulsionado por interesses escusos como a exploração do trabalho e práticas de violência sexual, parece ser uma constante. Reforçam esta impressão algumas fotografias produzidas na região, a exemplo da que consta no jornal *O Malho (fotografia 02)*, em publicação de 26 de janeiro de 1907, onde é visível a presença de algumas delas, diferenciadas por um ornamento no pescoço que lembra um terço. A legenda informa que estavam sobre a “tutela” do coronel João Pedro Carvalho, descrito como um “capitalista residente no Alto Juruá”.

9 Jornal O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul –Acre, 15 de julho de 1906, ano I, nº 10, p. 03

10 Jornal O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul –Acre, 15 de julho de 1906, ano I, nº 10, p. 03

11 Jornal O Alto Purus. Sena Madureira - Acre, 11 de março de 1909, ano II, nº 55, p. 01.



Fotografia 02: Crianças no Território Federal do Acre



Fonte: O Malho, 26 de janeiro de 1907, ano VI, nº 228 (n.p).

Relatos sobre estupros e escravização de mulheres indígenas foram reproduzidos em grandes quantidades nas páginas do jornal *O Cruzeiro do Sul*. Em publicação do dia 10 de dezembro de 1906, por exemplo, o noticioso traz uma crítica à significativa parcela da população de Tarauacá, que até então, fazia parte do Departamento do Alto Juruá, por manterem o costume de realizar “caçadas aos índios”, ação corriqueiramente nomeada como “correrias”. Resultava destes atos a captura e escravização dos homens que sobreviviam, passando a dispor dos mesmos como cativos em suas propriedades. Aos que se sublevavam era aplicado o “castigo do tronco”, onde eram amarrados e chicoteados para servir como exemplo para outros que intencionavam realizar qualquer tipo de levante. Especificamente sobre as mulheres, encontra-se grafado que estas eram forçosamente tomadas como amazias de seus algozes, acrescentando o autor dos escritos que “a situação chegava a tal requinte sensual de criarem as menores com igual instinto”.<sup>12</sup>

Demonstrando indícios de que essas ações ocorriam em diferentes localidades da Amazônia acreana, também foram encontradas referências sobre escravidão e estupros de mulheres e crianças indígenas no jornal *O Alto Purus*. Em sua edição nº 212, publicada em 29 de setembro de 1912, figura uma carta assinada por Henrique Soares, morador de Sena Madureira - AC. Nela, o signatário emite opiniões contrárias a preceitos que defendiam a não “utilização do braço indígena” devido a suposta “indolência” que os

<sup>12</sup> Jornal O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – Acre, 10 de julho de 1906, ano I, nº 05, p. 02.

caracterizavam, bem como pela incapacidade de “domá-los”. Referindo-se a uma visita que fez a uma localidade chamada Nova Olinda, no ano de 1901, disse ter escutado do proprietário, identificado como “Português”, reclamações diversas por não conseguir “domesticar a tribo dos Bacurau com as correrias que fazia anualmente, matando-os e escravizando-os”.<sup>13</sup> Registrou então Henrique Soares que, acompanhado de dois “índios” que mantinham boas relações com os Bacuraus, visitou o local onde viviam com o intuito de melhor compreender o que se passava. Lá chegando, disse ter escutado que “o Português proprietário, não satisfeitos em lhes tirar a vida, prostituía suas mulheres e filhas, e ainda roubava seus haveres, suas terras e produtos agrícolas”.<sup>14</sup>

Atos com estas características não eram cometidos apenas por privados, sendo também praticados por agentes públicos. No jornal *O Município*, editado na cidade acreana de Tarauacá, constam informações em uma publicação do dia 30 de outubro de 1910, sobre uma expedição organizada pelo governo federal para a região do rio Purus, com o intuito de chegar às suas cabeceiras. Foi incumbido desta missão João Cametá, que logo tratou de convocar Manoel Urbano da Encarnação, morador da região a ser percorrida, para que atuasse como guia. A viagem só chegou até o rio Ituxy, retornando Cametá para a cidade de Manaus, após alguns indígenas indignados com seu comportamento abusivo, tentarem assassiná-lo.<sup>15</sup> Posteriormente, Urbano da Encarnação fez várias denúncias contra o líder da expedição. Em uma delas contou que Cametá, ao invés de dedicar-se a viagem, atentando-se às funções que lhes foram incumbidas, buscava satisfazer seus desejos libidinosos e, para tal fim, ordenava-lhe que “arribasse a saia das índias menores, para ver qual a que lhe servia, assim como prendia os índios que tinham mulheres bonitas, para ficar à vontade com elas”.<sup>16</sup> Destacamos que o próprio Manoel Urbano da Encarnação fora casado com três mulheres indígenas. A primeira se chamava Mapengapá, a segunda Macanaripá e a terceira Jurupá.<sup>17</sup> Esta informação suscita dúvidas se agia cumprindo cegamente as ordens de Cametá, respeitando “o princípio da autoridade constituída”, como explanou em sua defesa, ou se havia normalizado situações de abusos.

## **PALAVRAS FINAIS: EXISTÊNCIAS E (RE)ESISTÊNCIAS INDÍGENAS: CORRERIAS AO AVESSO**

No início do século XX, de acordo com o antropólogo Marcelo Piedrafitas Iglesias (2010), começam a ser formulados e implementadas no Acre uma diversidade de discursos e ações oficiais que, a princípio, parecem se contrapor aos atos de violência praticados contra as populações indígenas. Observando indícios de como se deu este movimento, no entanto, parece se tratar de uma tentativa de estabelecer um controle formal do poder público sobre os diferentes grupos étnicos que viviam nestes espaços, definindo

13 O Alto Purus, 29 de setembro de 1912, ano V, nº 212, p. 04.

14 O Alto Purus, 29 de setembro de 1912, ano V, nº 212, p. 04.

15 Jornal O Município. Tarauacá, 30 de outubro de 1910, ano I, nº 05, p. 02.

16 Jornal O Município. Tarauacá, 13 de novembro de 1910, ano I, nº 07, p. 01.

17 Jornal O Município. Tarauacá, 13 de novembro de 1910, ano I, nº 07, p. 02.

uma série de regras para a realização de aldeamentos, utilização da força de trabalho, adoção de crianças, casamentos e suas tutelas por privados. Ou seja, alternavam-se os agentes de controle, sem que fossem instituídas efetivas mudanças nas estruturas de poder que, historicamente, produziram extermínios étnico e cultural na Amazônia acreana. Mantinham-se a racialização e os processos taxinômicos como referenciais para definir quem deveria viver, como deveriam viver, em que atividades deveriam se ocupar e como e por quem seriam tutelados.

Em publicação do jornal *O Cruzeiro do Sul* do dia 03 de maio de 1906 se ler que o então prefeito do Departamento do Alto Juruá, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, preocupou-se em “chamar as inúmeras tribos do vale amazônico ao convívio da civilização, aproveitando, por este modo, esses milhões de braços que se corroem na ociosidade”.<sup>18</sup> O mesmo noticioso publicou, em sua edição de 31 de maio de 1906, a circular nº 04 da Prefeitura Departamental do Alto Juruá. Através dela, tornou público para o conhecimento de todos os habitantes “civilizados”, que “seriam punidos com o rigor da lei os que fizessem correrias contra os índios, ou elas consentissem, frisando ainda que ninguém poderia invadir as terras reservadas para o aldeamento das diversas tabas existentes no Departamento”.<sup>19</sup> Também encontra-se o registro de que não seria consentido a nenhum homem solteiro ter em seu poder “índios” de menor idade, os quais deveriam ser entregues aos patrões ou pessoas casadas.<sup>20</sup> Mas, dialogando com as fontes, percebe-se que tais medidas não passavam de meras formalidades, com o poder público encontrando dificuldades para controlar as ações de privados contra os indígenas. Um mês após a publicação da circular nº 04, anteriormente mencionada, escreveu o prefeito Thaumaturgo de Azevedo que era quase impossível aos moradores que viviam em localizações distantes da cidade de Cruzeiro do Sul se dirigirem a sede do Departamento, com o intuito de requerer “tutelas de índios”. Frisou então que, “permanecendo esta situação, os índios não terão a proteção que a lei lhes outorga e os criminosos, por impossibilidade de se ouvirem as testemunhas, permanecerão impunes”.<sup>21</sup>

Prevalecem nas abordagens anteriores construções que remetem a necessidade permanente do Estado ou de privados por ele autorizados a exercerem a “proteção” dos indígenas e lhes tutorar a vida, em decorrência da “prematuridade” de suas “condições humanas”. Visitando os escritos de Enrique Dussel (1993), encontramos uma importante análise sobre a conformação do “eurocentrismo”, enfatizando este autor que um de seus fundamentos encontra-se no pensamento ilustrado. Dialogando com elaborações de Immanuel Kant, filósofo prussiano morto no início do século XIX, nos mostra como foi se sacralizando a concepção de que a ilustração/esclarecimento se constituía no caminho para que a humanidade saísse de uma “materialidade culpável”, decorrente da preguiça e da covardia, rompendo assim com a “imaturidade”, compreendida enquanto

18 Jornal O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul, 03 de maio de 1906, ano I, nº 02, p. 03.

19 Jornal O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul, 31 de maio de 1906, ano I, nº 04, p. 03.

20 Jornal O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul, 31 de maio de 1906, ano I, nº 04, p. 03.

21 Jornal O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul, 24 de julho de 1906, ano I, nº 07, p. 02.

a incapacidade de fazer uso de seu entendimento, sem a direção de outro indivíduo. Dus-  
sel também nos alerta para um importante fator, no caso, que o olhar eurocêntrico, de  
maneira arrogante, definiu que “a imaturidade total, física, é o signo da América Latina”  
(DUSSEL, 1993, p. 19).

Este movimento impacta sobremaneira na invenção da Amazônia. O historiador  
Auxiliomar Silva Ugarte (2003) ressalta que desde a chegada da expedição liderada por  
Colombo às Antilhas, em 1492, cronologia que pode ser utilizada como referência para o  
início do processo de colonização do que se convencionou a chamar de “Novo Mundo”,  
os europeus passaram a interpretar as terras conquistadas como “margens do mundo”.  
No entanto, na proporção que avançavam gradativamente sobre territórios e populações  
que até então desconheciam, formularam narrativas que expressavam a existência de ou-  
tras margens, que terminaram por não assumir posição de centralidade no mundo colo-  
nial. A “marginalidade” da Amazônia estaria inserida neste contexto, considerando que  
estes limites do mundo que foram inventados, são codificados como periferia cultural,  
econômica e política de seu universo social”, construção que cumpre importante papel,  
quando se trata da tentativa de legitimar as ações de controle e poder sobre os povos que  
viveram/vivem nestes espaços.

No ano de 1910 observa-se uma outra tentativa do poder público de desenvolver  
controle sobre as populações indígenas em todo o território nacional. Desta vez com a  
criação, através do decreto nº 8.072, de 20 de julho, do Serviço de Proteção aos Índios e  
Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPILTN. A dita legislação vinculou o órgão  
ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, definindo também seus dois princi-  
pais objetivos. O primeiro era prestar assistência aos “índios” do Brasil que viviam aldea-  
dos, reunidos em tribos, em estado nômade ou em promiscuidade com os “civilizados”.  
O segundo propunha estabelecer em zonas férteis dotadas de condições de “salubrida-  
de”, de mananciais ou cursos de água, meios fáceis e regulares de comunicação, centros  
agrícolas constituídos por trabalhadores nacionais.<sup>22</sup> Para o então Território Federal do  
Acre, de acordo com Marcelo Piedrafitas Iglesias (1910), foi instituída uma Inspetoria  
para a qual foram nomeados, em um primeiro momento, um inspetor e dois auxiliares.  
O primeiro a ocupar o cargo de inspetor foi Francisco Araújo Escobar e sua nomeação  
foi informada ao prefeito do Departamento do Alto Purus, Godofredo Maciel, através  
do ofício nº 82, de 10 de novembro de 1.911<sup>23</sup>, ação que justificava-se por ser a jurisdição  
onde intencionava-se instalar sua primeira sede. Com a reformulação do órgão, através  
do Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911, se deu a redução de treze inspetorias  
em todo o Brasil para somente dez. Como resultado, “ocorreu a junção das do estado do  
Amazonas e Território Federal do Acre” (IGLESIAS, 2010, p. 192).

Importa enfatizarmos que o SPILTN propunha uma nova forma de relação com as  
populações indígenas no Brasil. De acordo com o antropólogo Antônio Carlos de Souza

22 BRASIL. Decreto nº8.072, de 20 de julho de 1910. Disponível no endereço eletrônico: [SPI decreto.pdf](#),

23 Jornal O Alto Purus. Sena Madureira – AC, 26 de março de 1911, ano IV, nº 142, p. 01.



Lima (1992), sua criação relaciona-se com a expansão do Estado Nacional brasileiro, seguindo a diretriz republicana de separação entre Estado e igreja. Implementava-se, assim, “o primeiro aparelho de poder governamentalizado, instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder” (LIMA, 1992, p. 155), em uma tentativa de transformá-los em um “trabalhador nacional”. Este processo foi chamado por muitos de uma “catequização laica”, denominação contestada pelo então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro de Toledo, em entrevista publicada no dia 16 de abril de 1911, no jornal *O Alto Purus*. Nela, ressaltou que “os índios deveriam ser defendidos contra os delitos praticados contra eles, importando que nos olhassem como amigos, para que pudessem ser lentamente incorporados a sociedade civilizada”.<sup>24</sup>

Não tardou para que denúncias sobre a ineficácia do SPILTIN no Acre ocupassem as páginas dos jornais. Convém ressaltar que algumas delas foram publicadas em meio a insatisfações das oligarquias locais contra o governo federal. De acordo com o historiador Francisco Bento da Silva (2002), estes segmentos reivindicavam autonomia, contestando o modelo político-administrativo implementado no Território, exigindo que “o controle do executivo fosse decidido a partir de uma escolha emanada pelos autointitulados homens das classes conservadoras” (SILVA, 2002, p. 49). Como parte deste enredo, o jornal *O Alto Purus* publicou matéria no dia 12 de maio de 1912, criticando duramente o suposto abandono da região pela União, utilizando como um dos exemplos a existência de uma “Delegacia de Proteção aos Índios que apenas alugou uma casa, colocou uma placa e desapareceu, sem ter funcionado em coisa alguma”.<sup>25</sup> O jornal *O Município* foi mais incisivo, ao questionar a ausência do comissário responsável pela “catequização” e “proteção” dos indígenas, registrou que talvez “estivesse enchendo as avenidas de pernas, ou palestrando em alguma espelunca imoral ou café cantante”.<sup>26</sup>

A ausência de resultados das políticas implementadas pelo prefeito do Departamento do Alto Juruá, Thaumaturgo de Azevedo, e pelo SPILTIN no Acre, se expressaram de maneira contundente na manutenção das ações de violência contra as populações indígenas. A forma mais conhecida foram as chamadas “correrias”. Os escritos do padre francês Jean-Baptiste Parrissier (1898), resultantes de “excursão apostólica” que realizou ao rio Juruá no ano de 1898, nos ajuda a compreendê-las como parte das ações de expropriações de territórios ocupados por diferentes etnias, organizadas por grupos de “brancos”, quando intencionavam abrir um seringal, massacrando os homens e levando mulheres e crianças para serem comercializadas no Juruá. Castelo Branco (1950), ao referir-se ao termo, ressaltou que as correrias contribuíram sobremaneira para uma significativa redução da população indígena do Acre, destacando que este cenário repetiu-se de maneira mais intensa nos vales do Juruá, Tarauacá e Iaco.

24 O Alto Purus. Sena Madureira – AC, 16 de abril de 1911, ano IV, nº 145, p. 01.

25 O Alto Purus. Sena Madureira – AC, 1º de maio de 1912, ano V, nº 01, p. 02.

26 O Município. Vila Seabra – AC, 28 de setembro de 1912, ano III, nº 105, p. 03.



As ações de extermínio se intensificaram na Amazônia acreana, principalmente no decurso da implantação e expansão da empresa gumífera, período marcado por narrativas que apontavam este fator como referência do desembarque da modernidade na região, enfatizando de maneira ufanista o “progresso” e “desenvolvimento” resultante. Estes movimentos de violência contra populações colonizadas podem ser melhor compreendidos e problematizados a partir das leituras de Enrique Dussel (2005, p. 30), autor que confronta a modernidade e busca expor seus paradoxos, desnudando seu lado oculto. Se por um lado seus defensores apresentam seu “núcleo racional” como saída de um “estado regional provinciano”, por outro temos a “irracionalidade” que a guia, caracterizada por uma práxis de violência. Insere-se neste contexto a compreensão de que a “civilização moderna” se autodescreve como superior, portanto, com a “obrigação” de desenvolver os “povos primitivos”, como parte de uma exigência moral. Os que se opõem a estes movimentos são vistos como obstáculos, devendo ser combatidos, inclusive, com atos de violência, ação que seria legitimada por atravancarem a “modernidade emancipadora”.

Observando o dicionário *Michaelis*, no entanto, percebe-se que o termo “correrias” também é utilizado para designar “ataques repentinos ao território inimigo”<sup>27</sup>, conferindo-lhe outras dimensões, em uma demonstração de que esta palavra precisa ser analisada a partir de seus diferentes significados. Dessa forma, não se constitui em nenhuma aleivosia dizermos que a expressão, para além de caracterizar movimentos de extermínios de populações indígenas, também foi utilizada para designar uma ação inversa, ou seja, de ataques promovidos por estes aos colonizadores que se estabeleceram na região. Propomos que atos com estas características sejam pensados como movimentos de resistências as expropriações de seus territórios, assassinatos, estupros de mulheres e crianças e escravidão. Também consideramos, como formulou Gerson Albuquerque (2015), que estes gestos expressam importantes contrapontos a ideias de “vazios” de pessoas e culturas, tão difundidas sobre a Amazônia.

Especificamente na Amazônia acreana, encontra-se matéria publicada no ano de 1906 pelo jornal *Folha do Acre*, editado na cidade de Rio Branco – AC, dando conta de que “índios” haviam feito diversas “correrias” no Alto Acre, atacando os barracos dos seringais e assassinando pessoas. Como resultado, “receosos de novas agressões desceram para Xapuri, entre outros, os seringueiros Alfredo Pires, Jonas Mendes e Manoel Alves.”<sup>28</sup> São inúmeros os registros sobre tema nas duas primeiras décadas do século XX, evidenciando que ações com tais características ocorriam com certa frequência no Território Federal do Acre.

No dia 03 de abril de 1915 estive na redação do jornal *O Município*, em Vila Seabra - AC, José Xavier Maia, “proprietário” do seringal Transwal, localizado no rio Jordão. Ao ser questionado sobre a existência de indígenas nas proximidades das terras que rei-

27 Disponível no endereço eletrônico: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/E898/correria/>.

28 Jornal Folha do Acre. Cidade de Empresa, 9 de julho de 1911, ano I, nº 45, p. 02.

vindicava como suas, respondeu que “muitos índios bravios e indomesticados viviam em bandos, em contínuas correrias, deixando morticínio por onde passavam. Nada respeitavam, incendiam as habitações depois de saqueá-las, trucidando os habitantes”.<sup>29</sup> Xavier Maia chegou a sugerir que fossem expulsos para áreas de terras devolutas. No entanto, expressando a perspectiva mercantil que perpassava os colonizadores e indicando que novas ações de expropriação de territórios e outros tipos de violências poderiam ser cometidas contra os indígenas, lembrou que “estes terrenos não possuíam seringais, sendo, entretanto, semeados de copaíba, riqueza que ainda não era aproveitada”.<sup>30</sup>

O que chama atenção são as tentativas dos periódicos analisados de legitimar os atos de violência contra populações indígenas. Para tanto, buscavam responsabilizá-las pela reação violenta dos “civilizados”, que agiriam em defesa de suas vidas e “posses”. Recorremos então ao historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2014)<sup>31</sup> para pensarmos os processos de construção dos textos que abordavam o assunto. Utilizamos como referência suas elaborações sobre os aspectos que diferenciam um “texto de prazer” de um “texto de fruição”, Um texto de prazer, diz ele, rende-se as normas, as regras, aos cânones presentes, o que parece prevalecer nas fontes analisadas. Em contraponto, um texto de fruição, além de transgredir a ordem do discurso, também confronta a ordem social e cultural. No caso do Acre, nos lembra Albuquerque Júnior (2014) que mesmo com a palavra que nomina estes espaços nos remetendo a sabores amargos e ácidos, se sobressaem “sabores adocicados” quando se trata de narrativas sobre sua constituição enquanto parte da nação brasileira, evitando-se, com frequência, expor o derramamento de sangue das populações originárias e tradicionais.

Observe-se, então, a matéria publicada pelo jornal *O Cruzeiro do Sul*, do dia 03 de setembro de 1914. Nas páginas do noticioso consta que não havia fundamento a denúncia de que estava ocorrendo “correrias” contra indígenas no Departamento do Alto Juruá. Como testemunha, valeu-se o periódico de declaração dada pelo delegado de polícia da Vila Thaumaturgo, que deu garantias de que os mesmos eram moradores do Alto Tarauacá. A perseguição, segundo disse, estava sendo realizada por pessoas que se diziam prejudicadas por estes “silvícolas”, considerando que “os índios dali têm atacado constantemente a população civilizada, citando-se pessoas feridas e o rapto de três casadas. Andam em seus enalços afim de tomarem essas senhora, sessenta pessoas moradoras do Alto Tarauacá”.<sup>32</sup>

O assunto também foi abordado pelo jornal *O Município*, onde pode-se ler que indígenas habitantes do Alto Tarauacá estavam “oprimindo os seringueiros, isto é, roubando em todos os seringais da foz do rio Jordão para cima”.<sup>33</sup> Os escritos antecedem o aviso de

29 Jornal O Município. Tarauacá, 4 de abril de 1915, ano VI, nº 213, p. 02.

30 Jornal O Município. Tarauacá, 4 de abril de 1915, ano VI, nº 213, p. 02.

31 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por uma história Acre: saberes e sabores da escrita historiográfica. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs.). Desde as Amazônias: colóquios. Rio Branco-AC: Editora Nepan, 2014.

32 Jornal O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 3 de setembro de 1914, ano IX, nº 381, p. 03.

33 O Município. Vila Seabra – AC, 29 de setembro de 1912, ano III, nº 105, p. 03.

que, ao permanecer o cenário exposto, serão retomadas as correrias, defendendo o periódico ser este o único meio encontrado pelos seringueiros para “castigare” seus supostos algozes. Nesta, assim como na publicação do jornal *O Cruzeiro do Sul*, observa-se a prevalência de classificações que expõe conflitos entre “civilizados” e “selvagens”, desconsiderando-se os motivos que levaram os indígenas ao enfrentamento, caso da expulsão de seus territórios, da violência física, tentativas de destruição de suas culturas, raptos e estupros de mulheres. Prevalece a narrativa de que suas reações, além de colocarem em perigo os colonizadores, também impedem o progresso da região, pois estariam dificultando o desenvolvimento de atividades rentáveis.

Por fim, ressaltamos que neste trabalho procuramos conversar com os mortos, escutar atentamente suas vozes através de documentos, ofício primordial do historiador, como nos diz Robert Danton (1987), na perspectiva de melhor compreendermos fragmentos de relações socioculturais, políticas e econômicas que atravessaram os tempos e espaços em que estavam inseridas suas vidas e vivências. Este é um caminho repleto de atalhos e interditos, considerando os esforços depreendidos por alguns dos autores das fontes analisadas, de selarem memórias “indesejáveis” em espaços que julgavam inacessíveis, condenando-as ao esquecimento. Acessá-las nos levou a tentar escrever o que Walter Benjamin (1987) define como uma “história a contrapelo”, processo que inicialmente possibilita a percepção como as diversidades são relegadas/excluídas, em nome da necessidade de uma unicidade abstrata.

Mas para escovarmos os pelos em uma outra direção, desmantelando o que parecia “ajustado”, foi necessário produzir não um “texto de prazer”, que rende-se as normas, as regras, aos cânones presentes. Fomos por outro caminho, confrontando o passado, des-sacralizando eventos e personagens inventados por uma historiografia que nos condena a pensar nosso próprio mundo de maneira achatada, reduzida. Os escritos que compõem este artigo devem ser vistos como uma forte denúncia das agruras produzidas na Amazônia acreana pelo colonialismo/colonialidade, nomeando algozes e expondo as acusações que receberam de genocídio, abuso sexual e escravidão de indígenas. Mas não apenas isto. Também tem a pretensão de contribuir para seja devidamente restituída a humanidade das populações originárias, solapada pelo colonizador, expressando suas ações de resistências/(re)existências à morte física e cultural que lhes foram impostas.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História a arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por uma história Acre: saberes e sabores da escrita historiográfica. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs.). Desde as Amazônias: colóquios. Rio Branco-AC: Editora Nepan, 2014
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. História e historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e a lógica do progresso Revista Tropos, ISSN: 2358-212X, volume 1, número 4, edição de dezembro de 2015.
- ANGLERÍA, Pedro Mártir. Décadas del nuevo mundo. [1511-1516]. Madrid: Polifemo, 1989
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco - antes e além – depois. Manaus: Umberto Calderaro; 1977.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, pp. 222-232.
- CASTELO BRANCO, J.M. Brandão. O gentio acreano. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, vol. 207, abril-junho de 1950.
- COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório da expedição do rio Purus. Manaus-AM, 1862.
- DARNTON. Robert. Boemia literária e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DUSSEL, Enrique. 1492, o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis – RJ: Vozes, 1993.
- FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. Então você pensa que é humano? Uma breve história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IGLESIAS, Marcelo Piedrafitas. Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá / Brasília: Paralelo 15, 2010.
- LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manoela Carneiro (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- LUCA, Tania Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.
- MAZZARO, Daniel. Colonialidade de gênero. In. LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris. Suleando conceitos e linguagens: decolonialidade e epistemologias outras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022
- MIGNOLO, Walter. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. Revista Lusófona de Educação, 48, 187-224, 2020.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), PP. 12-32, 2017.
- PARRISSIER, J. B. Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao rio Juruá. In: CUNHA, M. C. Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do índio, 2009.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. JOURNAL OF WORLD-SYSTEMS RESEARCH, VI, 2, SUMMER/FALL 2000, 342-386
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.
- QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (55), 2005a.
- RAGO, Luiza Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, Emilly Silva dos; SANTANA, Ygor Santos de. Colonialidade do Poder. In. LANDULFO, Cristiane;

MATOS, Doris. Suleando conceitos e linguagens: decolonialidade e epistemologias outras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SILVA, Francisco Bento da. Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo Acreano 1921 – 1964. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2012.

UGARTE, A. S. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio (Orgs.) Os senhores dos rios. Amazônia, história e margens. Rio de Janeiro: CAMPUS/ELSEVIER, 2003

VITAL, André Vasquez. A Força dos Varadouros na Amazônia: o caso da comissão de obras federais do território do Acre e as estradas de rodagem (1907-1910). Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science. In: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/> v.6, n.1, jan.-abr. 2017, p. 22-44.

## PERIÓDICOS

Folha do Acre. Cidade de Empresa, 9 de julho de 1911, ano I, nº 45, p. 02.

O Alto Purus, 29 de setembro de 1912, ano V, nº 212.

O Alto Purus. Sena Madureira – AC, 16 de abril de 1911, ano IV, nº 145.

O Alto Purus. Sena Madureira – AC, 1º de maio de 1912.

O Alto Purus. Sena Madureira – AC, 26 de março de 1911, ano IV, nº 142.

O Alto Purus. Sena Madureira - Acre, 11 de março de 1909, ano II, nº 55.

O Alto Purus. Sena Madureira, 28 de fevereiro de 1909, ano II, nº 53.

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 3 de setembro de 1914, ano IX, nº 381.

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – Acre, 10 de julho de 1906, ano I, nº 05.

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul –Acre, 15 de julho de 1906, ano I, nº 10.

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul, 24 de julho de 1906

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul, 31 de maio de 1906, ano I, nº 04.

O Malho, 25 de dezembro de 1909, ano VIII, nº 380.

O Malho, 26 de janeiro de 1907, ano VI, nº 228.

O Malho. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1904, ano III, Nº 117.

O Malho. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1908, ano VII, nº 327.

O Município. Tarauacá, 13 de novembro de 1910.

O Município. Tarauacá, 30 de outubro de 1910, ano I, nº 05.

O Município. Tarauacá, 4 de abril de 1915, ano VI, nº 213.

O Município. Tarauacá, 4 de abril de 1915.

O Município. Vila Seabra – AC, 28 de setembro de 1912

O Município. Vila Seabra – AC, 29 de setembro de 1912, ano III, nº 105.

## RELATÓRIOS DEPARTAMENTAIS

BESOURO, Gabino Suzano de. Relatório do Prefeito do Alto Acre apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em 30 de janeiro de 1908. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

MATTOS, Raphael Augusto da Cunha. Relatório da Prefeitura do Departamento do Alto Acre relativo ao período decorrido entre 18 de agosto e 31 de dezembro de 1904. Anexo H. In: BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, março de 1905. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.